

Força do povo?

Rogério L. Furquim Werneck*

Parece incrível, mas o nível do debate econômico do segundo turno da eleição presidencial está ainda mais lamentável do que o do primeiro. Se antes, em meio a frases de efeito e trivialidades, havia um preocupante vazio de idéias, agora sobram diagnósticos equivocados e promessas de campanha completamente inconseqüentes, fadadas a ampliar em muito os custos políticos da adoção de medidas que fatalmente se farão necessárias.

No segundo turno os candidatos parecem ter levado ao paroxismo a idéia de só dizer ao eleitor o que ele supostamente quer ouvir, sem jamais ousar dizer o que ele precisa ouvir. Para não ter de tratar o que de fato importa, o PT desencavou do fundo do baú um velho e empoeirado discurso sobre privatização, que parecia ter sido definitivamente abandonado pelos segmentos mais lúcidos do partido. Na esteira do custoso descabeçamento do PT, figuras menores, que se viram subitamente guindadas a posições de destaque, conseguiram afinal fazer prevalecer no discurso do governo as visões estreitas de mundo que jamais abandonaram. O triste é que a oposição tenha caído na esparrela diversionista, convalidando a importância que o PT tentou atribuir à extemporânea celeuma em torno da privatização. E o pior é que, tendo aceito essa agenda de discussão escapista, a oposição esteja deixando mais do que claro que lhe faltam tanto espinha como convicção para defender os programas de privatização por que foi responsável no passado, seja na esfera federal ou na estadual.

O mais preocupante, contudo, é o rumo que tomou o debate sobre a necessidade de um esforço sério de ajuste fiscal nos próximos anos, para que o País possa ser posto em rota de crescimento sustentado a taxas relativamente altas. Se no primeiro turno essa questão foi tratada com evasivas, agora tem dado lugar a alegações peremptórias de que um ajuste desse tipo é desnecessário e até a juras de que nenhum esforço será feito nesse sentido. Lula, em especial, tem denunciado propostas de cortes de dispêndio como parte de uma plataforma conservadora, “das elites”. Suas declarações na entrevista da TV Cultura foram emblemáticas. “Toda vez que nós ouvimos a palavra gasto corrente a gente já sabe diretamente onde vai cair: vai cortar políticas sociais, vai cortar salários.”

Só se pode ver como lamentável retrocesso do debate econômico do País estar o Presidente da República, a esta altura, disposto a denunciar a agenda de contenção e racionalização de gasto público como plataforma que contraria os melhores interesses da maioria da sociedade brasileira. O dispêndio primário agregado dos três níveis de governo já corresponde a mais de um terço do PIB. É mais do que sabido que a grande maioria da população pouco ou nada se beneficia desse dispêndio. O decantado

programa Bolsa-Família absorve recursos que nem mesmo alcançam mísero 0,5% do PIB. A maior parte do dispêndio primário esvai-se em pagamentos de benefícios previdenciários e a funcionários ativos e inativos, num país em que mais da metade da força de trabalho está empregada no mercado de trabalho informal e tem de sobreviver como pode, em larga medida à margem do Estado. A melhoria das condições de vida dessa maioria depende crucialmente da ampliação das possibilidades de crescimento da economia. Para isso, vai ser preciso recuperar o investimento público, melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Estado e, ao mesmo tempo, sustar o processo explosivo de expansão de gastos primários que vem tendo lugar desde 1994, para abrir espaço para uma queda estrutural de taxas de juros e alívio de carga tributária.

Vai ser necessário romper a rigidez dos orçamentos e conter o acesso privilegiado e crescente a recursos públicos que vem sendo dado a grupos de interesse mais influentes, em detrimento da grande maioria da população. Da perspectiva desse desafio de ação coletiva, não é razoável, por exemplo, que um presidente, que disputa a reeleição sob uma coligação rotulada de “Força do Povo”, se disponha a defender como “política social”, legítima e inviolável, continuar assegurando à parte mais afortunada da população o direito de se aposentar aos 50 anos e passar a receber, por mais 25 anos, uma renda mensal paga pelo Estado.

Triste país. Que pouca força continua tendo o povo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.